

continuação		Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras referentes aos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Valores expressos em milhares de reais)				
<p>utilizadas para cada classe de ativos estão descritas na nota explicativa nº 10. Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são registrados em "Outros ganhos(perdas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.</p> <p>f. Intangível - Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição reduzido da amortização acumulada e eventual provisão de perda pelo valor recuperável (impairment). Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela taxa de 20% ao ano.</p> <p>g. Contratos de concessão - No dia 30 de novembro de 2006, o IFRIC publicou o IFRIC 12 - Contratos de Concessão, que regula o tratamento contábil que deve ser aplicado pelo concessionário em relação aos contratos de concessão, a partir dos exercícios encerrados após 1 de janeiro de 2008. Em 2010, o CPC emitiu o ICPC 1, aplicável para os exercícios findos a partir de 1 de janeiro de 2010. Esta interpretação apresenta características comuns aos contratos de concessão: • contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a Administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário; • a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço; • o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do concedente; • o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulando suas revisões durante toda sua vigência; • o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador. A infraestrutura usada pela Companhia sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder concedente, conforme previsto no IFRIC 12, quando: • o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; • o concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão. Conforme a norma, o concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo: • um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. • um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Quando o Poder concedente tiver uma obrigação de pagamento para só parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo concedente e o excesso que não é garantido pelo concedente é reconhecido como ativo intangível ("modelo bifurcado"). Ativos que o concessionário recebe acesso pelo Poder concedente, sem qualquer contraprestação (bens doados) não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.</p> <p>h. Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.</p> <p>i. Empréstimos e financiamentos - Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente a valor justo, líquido dos custos de transações e, subsequentemente, é mensurado pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.</p> <p>j. Provisões - As provisões são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação. A melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente é o valor que a Companhia racionalmente paga para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros nesse momento.</p> <p>Provisão para contingências - Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no passivo não circulante. Em atendimento às disposições do IAS 37 (equivalente ao CPC 25), o saldo da provisão para contingências está sendo apresentado líquido dos respectivos depósitos judiciais, para os processos cuja probabilidade de perda é provável.</p> <p>Provisão para obrigações contratuais futuras - Refere-se ao registro dos custos a incorrer previstos no contrato de concessão, dentro do conceito de contabilização da receita e custos de contratos de longo prazo.</p> <p>k. Benefícios a empregados - (a) Previdência Privada - Aos funcionários que aderiram ao plano, a Companhia provê um plano de previdência privada. Trata-se de um plano multipatrocinado, na modalidade de contribuição definida, que conta também com contribuições dos beneficiários. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.</p> <p>(b) Participação nos lucros - A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.</p> <p>l. Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados com base no lucro real, determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, e provisionado segundo o regime de competência do exercício. Impostos ativos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporais na extensão em que sua realização seja provável. Adicionalmente, é reconhecido o passivo de imposto de renda e contribuição social relacionado com o diferimento de lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela legislação do Imposto de Renda.</p> <p>m. Reconhecimento das receitas - As receitas referentes ao contrato de concessão com a Prefeitura do Município de São Paulo são reconhecidas com base no valor mensal fixo estabelecido em contrato.</p> <p>n. Distribuição de dividendos - A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, conforme nota explicativa nº 18.</p> <p>o. Informações por segmento - A Companhia não divulga as informações por segmento considerando que o IFRS 8 (equivalente ao CPC 22) não se aplica às suas operações, tendo em vista que: não há instrumentos de dívida ou patrimonial sendo negociados em mercado de capitais (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais); e, a Companhia não tem depositado, e não está em vias de depositar, as Demonstrações Financeiras na CVM - Comissão de Valores Mobiliários ou em outros reguladores, com a finalidade de emitir qualquer categoria de instrumento em mercado de capitais.</p> <p>p. Estimativas contábeis - A elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise do risco de crédito para mensuração de instrumentos financeiros e provisão para contingências e provisão para obrigações contratuais futuras. As principais fontes de incerteza das estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios são:</p> <p>• Vida útil do ativo imobilizado - A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período apresentado.</p> <p>• Provisão para obrigações contratuais futuras - Constituída com base nas projeções dos resultados da Companhia para os 20 anos de concessão, integrantes do Termo de Compromisso Ambiental realizado em 2007. Mensalmente a Companhia calcula a margem atingida em seus resultados e, caso seja diferente da margem prevista no contrato de concessão, esta provisão é ajustada.</p> <p>q. Principais julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis - No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração exerce diversos julgamentos, com exceção dos que envolvem estimativas (e estão descritos na nota explicativa 2.p.) para definir o tratamento contábil mais apropriado para aplicar a certas transações, quando os padrões de IFRS efetivos e interpretações não tratam de assuntos específicos. Isto se aplica, particularmente, em relação ao reconhecimento de contratos de concessão (conforme descrito na nota explicativa nº 2.g). De acordo com IAS 1 (equivalente ao CPC 26), os ativos e passivos circulantes e não circulantes são apresentados separadamente nas Demonstrações Financeiras. Para a maioria das atividades da Companhia, a segregação entre circulante e não circulante é baseado no período esperado em que os ativos serão realizados e os passivos liquidados. Quando a expectativa de realização dos ativos e passivos é em um período de até 12 meses após a data de apresentação das Demonstrações Financeiras, eles são classificados como circulantes. Caso contrário, são classificados como não circulante.</p> <p>r. Demonstrações dos fluxos de caixa - A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: (i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; (ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável; e (iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.</p> <p>s. Demonstração do valor adicionado - A Companhia elabora, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a apresenta como parte integrante das suas Demonstrações Financeiras divulgadas ao final de cada exercício. A DVA proporciona aos usuários das Demonstrações Financeiras informações relativas à riqueza criada pela Companhia no respectivo exercício, bem como a forma pela qual tais riquezas foram distribuídas. A distribuição da riqueza criada é detalhada, da seguinte forma: a) pessoal e encargos; b) impostos, taxas e contribuições; c) remuneração de capitais de terceiros; e d) remuneração de capitais próprios.</p> <p>t. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor - As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias a partir dos exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e está avaliando os potenciais efeitos relativos a esses pronunciamentos nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como sobre os próximos exercícios.</p> <p>• IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; • IAS 24 (revisado) - Divulgação de partes relacionadas; • IFRIC 19 - Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais; • Alterações no IAS 32 - Classificação das emissões de direitos; • Alterações no IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros; • Alterações no IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não editou os pronunciamentos e modificações relacionados às IFRS novas e revisadas. Considerando o compromisso do CPC de manter as práticas contábeis brasileiras atualizadas conforme o publicado pelo IASB, a Administração da Companhia espera que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. As interpretações e alterações das normas brasileiras já emitidas pelo CPC e que serão obrigatórias a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 ou a partir dos próximos exercícios são: • Revisão do CPC 1 - Recuperação ao valor recuperável dos ativos; • 2ª Revisão do CPC 2 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Financeiras; • 2ª Revisão do CPC 3 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa; • Revisão do CPC 5 - Divulgação de Partes Relacionadas; • CPC 41 - Resultado por Ação; • ICPC 13 - Direitos a Participações Decorrentes de Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental; • ICPC 15 - Passivo Decorrente de Participação em Mercado Específico - Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos.</p> <p>3. Alterações das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil - Na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis, convergentes ao IFRS, a Companhia adotou os princípios contábeis descritos na nota explicativa nº 2. Na elaboração destas Demonstrações Financeiras em conformidade com o IFRS 1 (equivalente ao CPC 37), a Companhia aplicou as isenções obrigatórias e algumas das isenções opcionais à aplicação retroativa completa das IFRS.</p> <p>a. Exceções da aplicação retrospectiva adotada pela Companhia - A Companhia adotou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva.</p> <p>a.1. Estimativas - As estimativas conforme as IFRS's em 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demais exceções obrigatórias da IFRS não se aplicam à Companhia, devido à não existência de diferenças significativas com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>b. Reconciliação entre BRGAAP e IFRS - A Companhia demonstra nos quadros abaixo o efeito dos ajustes da adoção ao IFRS e depois explica os ajustes materiais efetuados no balanço patrimonial e na demonstração dos resultados. Reconciliação do total do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009:</p>						
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009		
Saldo do imobilizado líquido apresentado de acordo com o BRGAAP		62.836	31.224	17.847		
Ativo imobilizado revertidos ao poder concedente ao final da concessão		(17.126)	(4.731)	(3.334)		
Reversão de depreciação do Ativo Financeiro		1.375	1.124	823		
Reversão da depreciação descontado o valor residual		261	99	-		
Saldo do imobilizado líquido apresentado de acordo com o IFRS		<u>47.346</u>	<u>27.716</u>	<u>15.336</u>		
b.2. Reconciliação do lucro líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009:						
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009		
Saldo do lucro líquido apresentado de acordo com o BRGAAP		21.298	25.263			
Reversão da depreciação dos bens reversíveis ao poder concedente		251	302			
Reversão da depreciação descontado o valor residual		162	99			
Imposto renda e contribuição social diferidos		(141)	(136)			
Saldo do lucro líquido apresentado de acordo com o IFRS		<u>21.570</u>	<u>25.528</u>			
b.3. Reconciliação do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1 de janeiro de 2009:						
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009		
Saldo do patrimônio líquido apresentado de acordo com o BRGAAP		40.824	27.664	24.040		
Reversão da depreciação dos bens reversíveis ao poder concedente		1.375	1.124	823		
Reversão da depreciação descontado o valor residual		261	99	-		
Imposto renda e contribuição social diferidos		(557)	(416)	(280)		
Saldo do patrimônio líquido apresentado de acordo com o IFRS		<u>41.903</u>	<u>28.471</u>	<u>24.583</u>		
4. Gestão de Risco Financeiro - a. Fatores de risco financeiro - As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia não utilizou instrumentos de derivado. <p>(i) Risco de mercado - Risco de câmbio - As principais operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.</p> <p>Risco de taxa de juros - O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos de financiamentos. As captações são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas e dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço. Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer</p>						
perdas devido a flutuações em taxas de juros, aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos. A Companhia não entrou em qualquer contrato derivado para proteger-se contra este risco; porém, monitora taxas de juros de mercado continuamente para avaliar a possível necessidade de substituir sua dívida. <p>Risco de preços - Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados anualmente, com base na variação do IGP-M e em índices definidos pelo Poder Concedente, considerando a variação na estrutura de custos e de mercado da Companhia, nas características dos sistemas e serviços concedidos e em eventuais estímulos à eficiência e à modalidade das tarifas. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.</p> <p>(ii) Risco de crédito - O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes públicos, incluindo contas a receber em aberto.</p> <p>Contratos de Concessão - Como a Companhia administra contrato de concessão, a continuidade da sua operação depende da manutenção dos encargos e responsabilidades definidos no contrato. Por se tratar de serviços de interesse público, o Poder concedente tem o direito de rescindir o Contrato de concessão antes do término ou ainda não autorizar a sua renovação. Ademais, considerando que a Companhia possui um único cliente por contrato, apresenta risco de não recebimento ou recebimento em atraso por parte desta municipalidade, podendo afetar a gestão do seu fluxo de caixa.</p> <p>(iii) Risco de liquidez - A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.</p>						
		Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31.12.2010						
Emprést. e financiam.		6.875	11.609	7.353	5.668	31.505
Fornecedores		49.672	-	-	-	49.672
Salários e encs. sociais ..		5.582	-	-	-	5.582
Imps., taxas e contribs. ...		9.773	-	-	-	9.773
IR e CS Diferidos		2.395	-	-	-	2.395
Partes relacionadas		13.194	-	-	-	13.194
Outras contas a pagar		7.979	604	-	-	8.583
		<u>95.470</u>	<u>12.213</u>	<u>7.353</u>	<u>5.668</u>	<u>120.704</u>
		Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31.12.2009						
Emprést. e financiam.		4.957	11.976	5.017	-	21.950
Fornecedores		18.331	-	-	-	18.331
Salários e encs. sociais ..		3.035	-	-	-	3.035
Imps., taxas e contribs. ...		9.296	-	-	-	9.296
IR e CS Diferidos		1.597	-	-	-	1.597
Partes relacionadas		12.686	-	-	-	12.686
Outras contas a pagar		9.495	375	-	-	9.870
		<u>59.397</u>	<u>12.351</u>	<u>5.017</u>	<u>-</u>	<u>76.775</u>
b. Gestão de Capital - Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir esses custos. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital.						
			2010	2009		
Caixa e equivalentes de caixa			42.436	46.840		
Total de empréstimos e financiamento			(31.505)	(21.950)		
			<u>10.931</u>	<u>24.890</u>		
Capital próprio			41.903	28.471		
Capital total			<u>52.834</u>	<u>53.361</u>		
Índice de alavancagem			0,21	0,47		
c. Estimativa de valor justo - Conforme o CPC 40, "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração. Adicionalmente, o IFRS 7 estabelece uma classificação hierárquica em três níveis para mensuração do valor justo, com as seguintes definições: • Nível 1 - Trata-se de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Utilizam-se outras informações, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações constatadas no mercado para substancialmente a integridade dos termos dos ativos e passivos. • Nível 3 - Inserções para ativos ou passivos que não são baseadas nos dados apresentados pelo mercado. Ou seja, as informações são indisponíveis, reflexo da baixa ou nenhuma atividade de mercado e que são relevantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. <p>d. Instrumentos financeiros - A Companhia opera com instrumentos financeiros, basicamente, com caixa e equivalente de caixa, incluindo aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos como descrito abaixo. Em 2010 e 2009, a Companhia não efetuou transações envolvendo derivativos. Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são, substancialmente, similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente. A Companhia não apresentou análise de sensibilidade, pois conforme entendimento da Administração, a Companhia não esta exposta de forma relevante a fatores de riscos de taxa de câmbio, juros e preços.</p> <p>5. Caixa e Equivalentes de Caixa - Caixa e equivalente de caixa são, substancialmente, determinados na moeda real brasileiro. Os equivalentes de caixa referem-se, substancialmente, as cotas de fundos de investimento de renda fixa prefixados, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não sujeitos a riscos de mudanças significativas de valor. São compostos com segue:</p>						
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009		
Caixa		26	8	3		
Bancos		387	295	5		
Aplicações Financeiras		42.023	46.537	47.672		
		<u>42.436</u>	<u>46.840</u>	<u>47.727</u>		
6. Contas a Receber - São compostos como segue:						
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009		
Prefeitura Municipal de São Paulo:						
Valores faturados		11.873	15.132	12.799		
Medição dos serviços prestados		26.499	25.262	24.903		
Clientes Privados:						
Valores faturados - venda de sucata		38	48	98		
Total das contas a receber, líquido ...		<u>38.410</u>	<u>40.442</u>	<u>37.800</u>		
Circulante		27.588	40.442	37.800		
Não Circulante		10.822	-	-		
		<u>38.410</u>	<u>40.442</u>	<u>37.800</u>		
A exposição ao risco de crédito da Companhia esta limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima. O aging list das contas a receber é composta como segue:						
		31/12/2010	31/12/2009			
Valores a vencer		6	404			
Vencidos:						
Até 30 dias			27.513	4		
Entre 61 e 90 dias			65	-		
Entre 91 e 180 dias			-	23.550		
Entre 181 e 360 dias			4	6.219		
Acima de 360 dias (a)			10.822	10.265		
			<u>38.410</u>	<u>40.442</u>		
(a) O saldo acima de 360 dias refere-se a serviços extracontratuais prestados à Prefeitura de São Paulo, em sua grande maioria em 2007 e períodos anteriores. Conforme previsto no contrato de concessão, a Prefeitura do Município de São Paulo aprovou, em outubro de 2010, reajuste contratual da tarifa mensal no total de 5,17%. <p>7. Ativo Financeiro - O ativo financeiro no montante de R\$17.126 de 2010 (R\$4.731 em 2009 e R\$3.334 em 2008) refere-se aos ativos imobilizados do Poder concedente, administrados pela companhia o qual está sendo recebido no período da concessão (vinte anos) conforme ICPC 01 (IFRIC 12). Os principais ativos são, o projeto da construção do Transbordo Ponte Pequena que está em andamento no valor já gasto de R\$12.639, e containers no valor de R\$2.308, tratadas no BRGAAP antes da aprovação do ICPC 01 como ativo imobilizado.</p> <p>8. Partes Relacionadas - Os saldos a receber e a pagar e as transações com empresas relacionadas ao grupo Solvi, coligadas e controladas, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, são demonstrados como segue:</p>						

continua